



Carta-Compromisso em Defesa do Serviço Público do Estado de Minas Gerais

Manifestação unificada das entidades sindicais e representativas do serviço público estadual dirigida aos candidatos e candidatas ao Governo de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2026.

Ex.mo Sr. Gabriel Azevedo,

Com o intuito de contribuir com o debate democrático que se intensifica na atual conjuntura eleitoral, as entidades representativas dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais encaminham a presente Carta-Compromisso, construída a partir do consenso entre as mais diversas categorias do funcionalismo estadual.

O serviço público de Minas Gerais tem resistido, no decurso dos últimos anos, ao aprofundamento da desvalorização das carreiras públicas e ao sucateamento de órgãos e serviços essenciais, com a expansão irrestrita das terceirizações, inclusive para funções típicas de Estado, e crescente desequilíbrio na política fiscal, o que submeteu as políticas públicas de Minas Gerais a uma década de severas vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal, fragilizando os serviços imprescindíveis, sobretudo, às populações mais vulneráveis socioeconomicamente.

Diante do contexto, torna-se primordial estabelecer um **novo pacto em defesa do Estado e dos serviços prestados à população mineira**. Nesse sentido, as entidades signatárias apresentam as reivindicações conjuntas a seguir, com o intuito de robustecer as proposições necessárias frente aos desafios que a próxima administração enfrentará.

- 1. Política salarial e valorização das carreiras** — A revisão geral anual da remuneração dos servidores constitui obrigação prevista no art. 37, X, da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 19.973/2011, que instituiu a política remuneratória dos servidores públicos estaduais e fixou a data-base em 1º de outubro. O descumprimento dessa obrigação produziu perdas salariais históricas e ampliou desigualdades entre as carreiras. Reivindicamos: (I) assegurar a revisão geral anual na data-base de 1º de outubro, conforme determina a norma; (II) elaborar um plano estadual de recomposição das perdas inflacionárias acumuladas desde a instituição da política remuneratória estadual; (III) atualizar os planos de carreira vigentes, reduzindo distorções e promovendo maior isonomia entre as categorias; (IV) cumprir integralmente os acordos coletivos firmados entre o Estado e as entidades representativas das categorias, inclusive aqueles homologados judicialmente e ainda pendentes de implementação; (V) fortalecer a negociação coletiva por meio da instituição de Mesa Permanente de Negociação com as entidades

representativas; (VI) garantir vencimento básico nunca inferior ao salário mínimo nacional.

- 2. Fortalecimento do IPSEMG** — A preservação do IPSEMG é condição essencial para assegurar assistência à saúde aos servidores públicos estaduais. Reivindicamos: (I) ampliar os investimentos e a participação do Estado no IPSEMG; (II) realizar concurso público para recomposição dos quadros do Instituto; (III) fortalecer o Hospital Governador Israel Pinheiro e as unidades em funcionamento; (IV) criar novas unidades regionais e ampliar as unidades da rede própria; (V) expandir a rede credenciada em todo o estado, contemplando mais especialidades, exames e procedimentos; (VI) reestruturar as unidades regionais do IPSEMG para atendimento aos servidores.
- 3. Previdência e Seguridade Social** — essenciais para garantir segurança financeira e dignidade humana após décadas de dedicação e contribuição ao serviço público. Reivindicamos: (I) revogar a contribuição previdenciária incidente sobre aposentados e pensionistas, com imediata suspensão de sua cobrança; (II) constituir grupo de trabalho destinado à elaboração de propostas de aperfeiçoamento das regras previdenciárias, abrangendo, entre outros temas, a revisão das tabelas progressivas, a ampliação do teto de isenção da contribuição previdenciária, o aperfeiçoamento das regras de aposentadoria decorrente de acidente de trabalho, o reconhecimento da conversão do tempo de serviço prestado em condições de insalubridade e a revisão das regras aplicáveis à pensão por morte.
- 4. Defesa do serviço público e do patrimônio público** — O fortalecimento da Administração Pública exige a valorização dos seus servidores e a preservação das instituições públicas que prestam serviços estratégicos. Reivindicamos: (I) interromper imediatamente a política de terceirização no serviço público e a substituição de servidores efetivos por contratos precários em atividades permanentes; (II) realizar concursos públicos para recomposição da força de trabalho; (III) fortalecer as carreiras públicas como garantia de continuidade, eficiência e impessoalidade administrativa; (IV) proteger as empresas estatais mineiras e interromper os processos de privatização em curso, considerando seus impactos sociais, econômicos e estratégicos.
- 5. Justiça fiscal e fortalecimento das finanças públicas** — O equilíbrio fiscal não pode ser alcançado exclusivamente mediante restrições aos serviços públicos e aos direitos dos servidores, enquanto cresce o volume de benefícios fiscais concedidos sem adequada transparência na avaliação de seus resultados. Reivindicamos: (I) rever a política estadual de benefícios fiscais, com ampla transparência e avaliação periódica do cumprimento das contrapartidas, e de seus impactos econômicos e sociais, como geração de emprego, renda e desenvolvimento regional; (II) suspender imediatamente a concessão de benefícios fiscais que comprometam a arrecadação estadual ou perpetuem as restrições decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, com prejuízo à qualidade dos serviços públicos; (III) construir um modelo de equilíbrio fiscal que distribua de forma justa os esforços entre despesas e

receitas públicas, preservando a capacidade do Estado de investir em seus servidores e na ampliação da prestação de serviços à população.

As entidades signatárias apresentam esta pauta como expressão dos interesses permanentes do Estado Democrático e da sociedade mineira. **Esperamos dos candidatos e candidatas o compromisso público com sua incorporação aos respectivos programas de governo**, reafirmando que a valorização dos servidores públicos, o fortalecimento das instituições estatais e a responsabilidade fiscal socialmente equilibrada são condições indispensáveis para um projeto de desenvolvimento sustentável, democrático e comprometido com os direitos da população de Minas Gerais.

Nós, representantes das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público mineiro, permaneceremos unidos, mobilizados e à disposição para construção conjunta das soluções aqui propostas.

Assinam, respeitosamente, as seguintes entidades sindicais:

ADUEMG – Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais.

ADUNIMONTES – Associação dos Docentes da Unimontes.

AFFEMG – Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas.

APPMG – Associação de Professores Públicos de Minas Gerais.

ASCON-IPSEMG – Associação de Contribuintes do Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e Pensionistas.

ASIVERDE – Associação Integrada dos Servidores Públicos do Meio Ambiente e Correlatos de Minas Gerais.

ASSEMINAS – Associação dos Exatores do Estado de Minas Gerais.

ASSIMA – Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária.

ASTHEMG – Associação dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais.

SINDAFA – Sindicato dos Fiscais Agropecuários e Fiscais Assistentes Agropecuários de Minas Gerais.

SINDASEP-MG – Sindicato dos Servidores Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo do Estado de Minas Gerais.

SINDEP – Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais.

SINDEPOMINAS – Sindicato dos Delegados de Polícia Civil no Estado de Minas Gerais.

SINDIFISCO – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais.

SINDPOL – Sindicato dos Servidores da Polícia Civil no Estado de Minas Gerais.

SINDPÚBLICOS – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Minas Gerais.

SINDPROS – Sindicato do Profissional de Enfermagem, Auxiliar de Apoio da Saúde, Técnico Operacional da Saúde, Analista de Gestão e Assistência à Saúde.

SIND-SAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais.

SINDSEMA – Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais.

SINDSISEMG – Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais.

SINDUTE/MG – Sindicato Único dos Trabalhadores Em Educação de Minas Gerais.

SINFAZFISCO – Sindicato dos Gestores e Auditores Fiscais do Estado de Minas Gerais.

SINTDER/ SINTTOP – Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transporte e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

SISIPSEMG – Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.